



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

**XIX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE
EDUCAÇÃO / I EREBIO – REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE
ENSINO DE BIOLOGIA – REGIONAL SUL.**

MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO: PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Cecília Maria Ghedini (UFPR)

Mônica Rolim de Moura Sella (UFPR)

Resumo: O objetivo deste trabalho é propiciar uma análise sobre o processo de proletarização do trabalho docente. Para tanto, discute-se como a profissionalização docente é encarada como alternativa à precarização das condições de trabalho. A profissionalização docente decorre do desenvolvimento social, econômico e cultural da sociedade a qual determina as concepções sobre a constituição do trabalho docente. A partir do aprofundamento das relações capitalistas no interior da escola é possível observar uma mudança no trabalho do professor que detinha o controle de grande parte do processo escolar para um trabalho parcelarizado. Tal mudança faz parte do desenvolvimento das forças produtivas e sob a égide do modelo de produção taylorista/fordista. A escola, por sua vez, adotou o princípio educativo fundado na divisão entre pensamento e ação, o que se reflete no projeto pedagógico atrelado às demandas desta organização do trabalho. Destaca-se também o papel que o Estado desempenhou na constituição deste profissional e na precarização de seu trabalho, enfatizando-se o processo de reestruturação produtiva que impõe novas exigências às instituições educacionais. A lógica da profissionalização e proletarização dos docentes, desenvolve-se assim articulada às mudanças no mundo do trabalho, em maior ou menor grau, o que nos coloca possibilidades de pensar a escola permeada por estes conflitos, trazendo consequências para a educação no sentido em que fragiliza os conhecimentos e os profissionais docentes, colocando também possibilidades de mudanças.

Palavras chave: proletarização, profissionalização e trabalho docente.

Introdução

Há uma tendência de encarar a profissionalização do docente como alternativa ao processo de precarização, porém é preciso reconhecer que o próprio processo de profissionalização desenvolvido no bojo do aparato do Estado se articula com o processo de proletarização em curso.

A profissionalização do professor é fruto do desenvolvimento social, econômico e cultural da sociedade e da forma como se estruturou a organização do trabalho da escola, a partir das mudanças da base tecnológica na organização do trabalho.

1. O profissionalismo docente nasce permeado por duas concepções

Na Idade Média, o trabalho docente era concebido como vocação/sacerdócio e a maioria das escolas eram organizadas pela Igreja; também era comum o ensino dos ofícios no contexto familiar ou recorria-se a outras famílias onde os ofícios pudessem ser ensinados mais formalmente. Porém, já neste momento histórico se percebe a incapacidade parcial da família para iniciar as jovens gerações nas relações sociais existentes (Enguita, 1989).

Ainda conforme o autor, as mudanças ocorridas na organização da produção, fez com que se organizassem espaços especializados para ensinar, com diferentes enfoques, como confessionais, beneficentes ou de iniciativa dos próprios trabalhadores. Já se colocava o conflito entre ensinar para que todas as pessoas tivessem acesso a conhecimentos que lhe permitissem acessar ao saber já sistematizado e ensinar apenas o conveniente para a mão de obra das indústrias nascentes. Havia quem defendesse que não era necessário instruir as crianças ou que as crianças deveriam aprender somente a arte dos ofícios; contudo, a escola representava um avanço para as necessidades da indústria nascente e, em 1839, os empresários aprovaram a educação para seus trabalhadores.

Segundo Hipólito (1999) é neste período em que a escola vai se constituindo com um caráter mais massivo; por sua vez o Estado passa a assumir a responsabilidade das escolas para estas camadas mais amplas da população. Para este trabalho, primeiramente, convoca colaboradores leigos para exercer a função docente com a mesma concepção do trabalho que realizavam na Igreja, uma profissão de fé e fidelidade aos seus princípios.

Assim, desde o início do trabalho de ensinar, a profissionalização do docente é perpassada por duas concepções, uma de magistério enquanto vocação-sacerdócio e outra concepção de magistério enquanto atividade técnico-profissional, ou seja interessava ao Estado que os professores se organizassem a partir das diretrizes do projeto político do Estado, mas ancorados por valores ligados à Igreja.

O desenvolvimento da sociedade industrial traz mudanças políticas, de ideário, organizacionais e devido à urbanização, modificações culturais. Conforme o mesmo autor, o pensamento liberal em termos de educação defende que a escola seja pública e laica para todos; para os docentes a formação não deveria mais ser baseada em uma profissão de fé,

mas em parâmetros técnico-profissionais. Este fato origina os movimentos de professores pela busca da emancipação da tutela do Estado e da Igreja.

O Estado que se faz referência neste momento é o Estado aristocrático, conservador, já que o Estado liberal também vai aceitar a profissionalização docente e a laicização da educação, apesar de lhe interessar a ideologia do sacerdócio (NÓVOA, 1991, p. 218)

A Igreja entretanto se opunha ao liberalismo bem como às idéias de magistério da concepção moderna, liberal, baseada no profissionalismo, na laicidade e no espírito democrático e público da educação.

O corporativismo dos professores existente na contemporaneidade, também tem origem neste período, momento em que se constitui a sociedade capitalista e com ela suas classes sociais fundamentais. Outras categorias profissionais também desenvolvem um movimento corporativo que pode ser compreendido como uma forma destes grupos não se proletarizarem. Assim a corporação, pode ser entendida por dois vieses, um que fortalece a classe social quando a evidencia através da organização dos trabalhadores, outro de enfraquecimento, pois ao organizarem-se de forma corporativa, fragmenta-se a classe, enfraquecendo-a.

Neste processo de constituição do trabalho docente, há uma contradição tanto relacionada com os professores, quanto com o Estado, este por se pretender liberal e laico, mas incentivar as qualidades do ideário religioso da vocação e da docência, porque lhe convinha do ponto de vista ideológico, submeter-se aos aspectos socioculturais construídos sob a hegemonia religiosa. Os docentes por sua vez, ao tornarem-se assalariados do Estado, se distanciam das comunidades paroquiais perdendo prestígio social, autonomia e controle sobre seu trabalho, entretanto como categoria, pretendiam-se funcionários do Estado.

Assim se desenvolve este momento de profissionalização, na contradição entre os interesses do paroquialismo e as necessidades do profissionalismo: por parte dos professores buscam uma identidade profissional que os aproxima do Estado enquanto seu empregador, pois o sistema escolar que se complexifica exige-lhe profissionalização, por parte do Estado com o interesse de garantir o controle da instituição escolar. É preciso considerar que a funcionarização é um projeto sustentado tanto pelo Estado quanto pelos

docentes e que de certa forma, reproduz o que existia no início da constituição das escolas públicas.

Percebe-se que a profissão docente, historicamente, vai constituir-se dividida entre dois sentidos, conforme nos diz Nóvoa:

Ao longo do século XIX consolida-se uma imagem do professor, que cruza as referências ao magistério docente, ao apostolado e ao sacerdócio, com a humildade e a obediência devidas aos funcionários públicos, tudo isso envolto numa auréola algo da mística de valorização das qualidades de relação e de compreensão da pessoa humana. Simultaneamente, a profissão docente impregna-se de uma espécie de *entre-deux*, que tem estigmatizado a história contemporânea dos professores: não devem saber de mais, nem de menos; não devem se misturar com o povo, nem com a burguesia; não devem ser pobres, nem ricos; não são (bem) funcionários públicos, nem profissionais liberais, etc. (NÓVOA, 1992, p.16) [grifos do autor]

A constituição deste profissional, no dizer de Hipólito, numa figura equidistante tanto das classes sociais como das instituições políticas, sociais e religiosas, configurou-se por conta do papel que o Estado desempenhou por meio de dois processos: quando assume a responsabilidade de organizar, manter, promover e controlar o sistema público do ensino elementar e quando regula profissionalmente os docentes como empregador evocando para si o direito de formá-los e legislar sobre sua profissão. Tendo os professores como funcionários, torna-se mais fácil para o Estado pôr em prática as mudanças que vão ocorrendo no capitalismo.

2. Do trabalho artesanal para a precarização do trabalho docente

Na sociedade pré-industrial os trabalhadores ainda controlavam seu processo de trabalho, decidiam livremente sobre o que produzir, conservando a capacidade total ou quase total de decisão, como o artesão que, como trabalhador vivia em sua oficina e detinha autonomia sobre seu trabalho.

Sá (1986), relaciona o trabalho do artesão realizado na sociedade pré-industrial com o trabalho do professor, designando-o de professor/artesão, quando participava de todo o processo de produção de uma aula até o seu consumo, uma espécie de trabalho artesanal, um intelectual que concentra o saber e o controla praticamente como sua propriedade privada. Desse modo, mesmo existindo vários professores trabalhando numa mesma escola ainda não havia cooperação no processo de trabalho.

Com o desenvolvimento da sociedade industrial e urbana, em um primeiro momento, acontece a separação entre espaço privado e espaço público, ocorre a separação entre o lugar de residência do lugar de produção, paralelamente ocorre uma segregação funcional entre atividades extra-domésticas e domésticas, “produtivas” e “não produtivas” ou entre as diferentes atividades separadas pelo desenvolvimento da divisão social do trabalho. (ENGUITA, 1987)

A revolução nas condições objetivas do processo de trabalho, mesmo não se alterando o modo de trabalho, acontecem com o emprego simultâneo de um número relativamente grande de trabalhadores, num mesmo espaço. Segundo Marx (1983, p. 259), esta “forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação”. A cooperação baseada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura, predominando durante o período manufatureiro, de meados do século XVI até o último terço do século XVIII.

Para Marx (1983), o processo que se desenvolveu na manufatura é aquele que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial, que se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital. Separar o processo do trabalho, reduzi-lo a simples trabalho de execução, separando o conhecimento e preparo especial é uma exigência do capitalismo que reserva instrução e conhecimento de forma desigual.

Na divisão manufatureira do trabalho a imensa maioria dos trabalhadores já não contava com a capacidade de decidir qual seria o produto de seu trabalho. A introdução da maquinaria, o taylorismo e o fordismo garantem os avanços desta forma de organização ao encarregar o trabalhador de parte das tarefas, simplificando o seu trabalho ao substituí-lo em algumas das tarefas pelas máquinas que requeriam uma maior precisão e também ao privá-lo de qualquer decisão sobre o processo produtivo.

Reconhecidamente a base para tal separação foi a organização científica do trabalho que se constituiu com o taylorismo. Taylor, com seu objetivo de decompor o processo de trabalho nas tarefas mais simples, analisando o tempo e os movimentos, colocou à disposição da direção das empresas um conhecimento detalhado dos processos de trabalho, com vistas à maximização do lucro.

Não demorou para que esta forma de organização das empresas e dos trabalhadores se transferisse para as escolas pois que já assumiam responsabilidade de formar a mão de obra trabalhadora.

A visão de mundo de Taylor entende que se deve explorar o trabalhador da melhor forma possível, já que é natural a sociedade organizar-se assim. A simplicidade da teoria de Taylor foi que permitiu que se generalizasse rapidamente suas teorias pelo mundo todo, era um momento em que ninguém se oporia – hoje também algumas teorias como a qualidade total na empresa e na escola ou a pedagogia empreendedora tem seus manuais!

Destaca-se de seu método os princípios e o controle – coloca a figura do gerente e afirma que este papel tem que ser feito por alguém que sistematize o trabalho; fundamenta que o trabalhador não tinha condições de fazer as duas coisas ao mesmo tempo, pensar-planejar e executar.

Há que se considerar, no entanto, que as relações de produção escolares não podem ser consideradas relações especificamente capitalistas pois, mesmo que os professores estejam colocados numa relação de trabalho capitalista, com certo grau de submissão, ainda assim detém grande parte de domínio do saber, não há uma separação total, como no caso do trabalhador de uma empresa.

Se considerarmos que a condição mais importante para a produção de uma aula é o domínio do saber, então as relações de produção escolares não poderão ser especificamente capitalistas enquanto o trabalho (professor) detiver o controle integral desse saber. portanto, as relações de produção a que estão submetidos os professores de tipo tradicional, sempre que tal submissão seja a um capital comercial, não caracterizam relações de produção especificamente capitalistas. (Sá, 1999, p.24)

Neste sentido o trabalho do professor, pode ser entendido como um trabalho indiretamente produtivo, pois em nenhum momento é produtor de mais valia (por isso não é trabalhador produtivo) mas o tempo todo forma mão-de-obra para o capital.

A mudança no sistema educativo ou o seu movimento de transformação consiste na passagem do trabalho artesanal da escola tradicional para o trabalho parcelar, dividido, da escola burguesa atual. Essa mudança pode ser evidenciada pelas mudanças na organização do trabalho e nos meios de trabalho: no primeiro caso, a organização do trabalho é alterada pela organização do trabalho parcelar pedagógico e a multiplicação de trabalhadores parcelares sob a rubrica de

divisão do trabalho; no segundo caso, pode-se verificar as alterações pela introdução de tecnologia mediante a relação professor-aluno. (Sá, 1999, p. 24)

Consideradas deste ponto de vista, as modificações por que passou este trabalhador da educação são grandes; sintetizando com a definição de Sá

...ocorre a passagem do trabalhador do tipo artesanal para o trabalho parcelar. A mediação tecnológica é igualmente modificada: de um trabalhador que concentrava as condições de produção (no mínimo, o saber escolar) passa-se por um processo de divisão do trabalho em que o trabalhador da educação domina uma mínima parcela do ato pedagógico. (Sá, 1999 p 26)

Ainda segundo o autor, o trabalho dividido ou parcelado só será útil dentro do processo de cooperação capitalista que, no caso das empresas, isto é assegurado pela própria direção do capital tendo em vista a produtividade do capital investido; tratando-se da empresa estatal, como ela não visa produção direta do excedente, não há garantia trabalho cooperativo.

Divisão técnica de trabalho sem trabalho cooperativo é desorganização na certa. É o que ocorre na escola estatal: o trabalho foi dividido, os professores foram expropriados do saber pelo Estado, as tecnologias determinam a forma e o conteúdo da educação. (Sá, 1999 p 26)

Esta desorganização aparente da educação estatal coloca as condições objetivas tanto para a expansão da iniciativa privada, uma vez que o Estado já não permite o que era possível na escola tradicional e nem alcança os objetivos da escola plenamente capitalista. Ao mesmo tempo, quando o saber deixa de concentrar-se no professor e passa concentrar-se no capital, esgota-se o sentido de vocação e sacerdócio da atividade docente, este professor é agora um simples trabalhador como tantos outros uma vez que já não concentra em si as condições de produção. Agora a corporação dos professores aproxima-se da característica universal de todos os trabalhadores, como qualquer outra, é apenas proletária.

3. As mudanças possíveis com a proletarização

Mudanças profundas ocorrem na organização da sociedade industrial como a organização do regime de produção fordista que dura meio século, passando pelo Estado de bem estar social que, dentre outras questões, estabelece um processo que solapa de forma

rápida e cruel, sem nenhum tipo de ética, quase toda a lógica da organização do trabalho e dos trabalhadores, construída até então. Entretanto, as contradições inerentes ao capitalismo geram mudanças que levam a um outro momento da organização do capital e com ele, diferentes parâmetros para gerir, pensar e organizar as relações sociais.

Novos espaços sociais começam a nascer, várias experiências que podem representar a passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado a um sistema de regulamentação política e social bem distinta, também chamado de acumulação flexível.

...a acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, por novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, a taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços” bem como conjuntos industriais inteiramente novos em regiões até então subdesenvolvidas... para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém industrializados ela envolve também um movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado. (Harvey, 2004).

Ainda segundo Harvey, (2004) isto implicou em níveis altos de desemprego e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. O mercado de trabalho passa por uma radical reestruturação: os trabalhadores permanentes diminuem cada vez mais; aumentaram os sub-contratados; aumentaram também os empregos temporários porém, mesmo assim não mudou a situação dos que já estavam excluídos das possibilidades de trabalho; novas formas de trabalho se mesclam com formas antigas, terceirização, pequenos negócios, revivem como peças centrais do sistema produtivo.

Neste contexto, vive-se um momento de desmonte do Estado de bem estar social motivado também pela crise do capital que, não conseguindo resolver a valorização da massa sempre crescente de capital nas esferas de produção já dominadas ou mesmo das diante da criação de novas esferas, passa a disputar e a apropriar-se de espaços que estão entre as necessidades que o Estado satisfaz, desmontando as instituições para nelas introduzir-se como capital de serviços ou como capital que produz mercadorias em diferentes setores.

Ainda conforme o autor acima, no caso do ensino, analisando apenas a penetração do capital produtor de mercadorias materiais, destacam-se alguns aspectos, dentre eles a produção de pacotes didáticos, mas que submetem os professores a funções de mera execução, tirando-lhes a capacidade de concepção pedagógica, de decisão didática, de uma coordenação ativa no grupo de professores, retiram-se os momentos coletivos e de trabalho no planejamento transformando a lógica de estudo numa aquisição de habilidades que são quantitativas, isto sem falar que este material isola os estudantes reforçando ainda mais o espírito de individualismo e de posse nos indivíduos.

Há também a criação de outros espaços como instituições que “vendem” cursos por correspondência ou outras modalidades semelhantes que combinam momentos presenciais com matérias didáticas como fitas de vídeo, cassetes, livros, etc; as universidades à distância que combinam o trabalho de serviços com a produção de mercadorias e por último as grandes empresas que produzem materiais, como toda a rede de xerox, fitas de vídeo com qualquer tipo de informação usada nas escolas lutando por serem reconhecidas como válidas, bancos de dados, construindo uma parafernália que em tese, permitiria adquirir num supermercado ou livraria, as mercadorias educacionais usadas pelos filhos na próxima semana de aula.

Deste ponto de vista os professores talvez continuassem a lidar com o ensino porém, não mais diretamente com os estudantes, mas na produção destas mercadorias; isto nos coloca uma outra questão problemática porque esta mudança desmontaria a mediação professor-aluno que, para além de ensinar um conteúdo ou possibilitar aos estudantes a construção da capacidade de sistematizar conhecimentos e conceitos, posturas que incluem uma ética, dando chances ao professor ou ao projeto de educação desenvolvido pela escola de influir na visão de mundo destes indivíduos, o ensino passará no máximo, a contar com o trabalho de tutoria, supondo o atendimento ao estudante a partir do interesse individual de cada um, conforme sua necessidade específica.

Seguindo o debate do autor citado acima, esta situação coloca-nos diante de várias conseqüências uma vez que o ensino, para além de sua função de qualificar a força de trabalho, cumpre outras funções importantes para a sociedade capitalista. Destaca-se dentre elas a legitimação de tais sociedades que passa, dentre outros espaços, também pela escola, neste sentido responsável por naturalizar as relações ou diferenças de classe, convertendo

os problemas sociais em problemas individuais através da distribuição de sanções positivas ou negativas. Isto se dá num processo de continuidade, onde a desigualdade dificilmente aparecerá com cisão social, mas apenas como uma diferença natural entre as pessoas, o resultado disto é construção da ideologia meritocrática.

Considerando que a divisão do conhecimento em que a ciência e a tecnologia são concentradas e monopolizadas pelo capital que detém sua totalidade, a escola é, e tende a tornar-se cada vez mais, um espaço fragmentado, com uma relação que prescinde até da mediação necessária para construção de um ser humano emancipado; porém há ainda tempo e possibilidades de resistência e transformação inevitáveis, como já sabemos, num processo que envolve seres humanos, por mais limitador que possa parecer.

Talvez esta possibilidade seja através da cooperação; na escola, cada professor poderá executar uma parte do trabalho, dividido ainda em vários outros setores técnicos e administrativos, mas tendo este lugar, enquanto concepção, que unifique e construa a noção de totalidade.

Os indivíduos uma vez inseridos no mundo do trabalho, também se encontrarão com uma organização de trabalhadores dispersos, se considerarmos que cada categoria profissional detém uma gama de conhecimentos, valores e possibilidades de organização e ação, porém que para serem ativadas necessitam de cooperação; a cooperação torna-se então além de ser a que possibilita a educação dos indivíduos nesta organização social, a possibilidade de transformação pela luta que deverá unir os diferentes segmentos de trabalhadores dentre eles os professores e os trabalhadores por eles formados.

A educação não será apenas tarefa simples de cada professor como foi anteriormente, mas tarefa de toda a classe a qual alunos e professores pertencem, pois a formação destes professores, como de todos os professores, passa pela formação de classe.

Assim, assumindo sua condição de proletários, será da luta proletária como um todo que deverá surgir um princípio curricular, metodológico e de reorganização do sistema escolar, no dizer de Hipólito (1999) expressão dos interesses, valores, habilidades e conhecimentos necessários para estabelecer parâmetros para uma nova forma de organizar a sociedade e construir condições mínimas de dignidade para as pessoas.

Referências Bibliográficas

ENGUITA, F. Trabalho, educação e ideologia em Marx, 1989.

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HIPÓLITO, A. M. Trabalho docente e profissionalização: sonho prometido ou sonho negado? In: VEIGA E CUNHA (orgs). Campinas: Papirus, 1999.

MARX, K. O Capital Crítica da Economia Política. Livro I. O processo de produção do capital – 22ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. O processo histórico de profissionalização do professorado

SÁ, N. P. O aprofundamento das relações capitalistas no interior da escola. Cad. Pesq., São Paulo (57): 20-29, maio, 1986